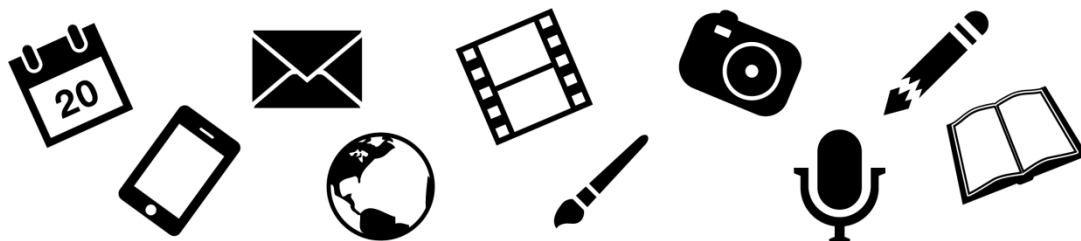




**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

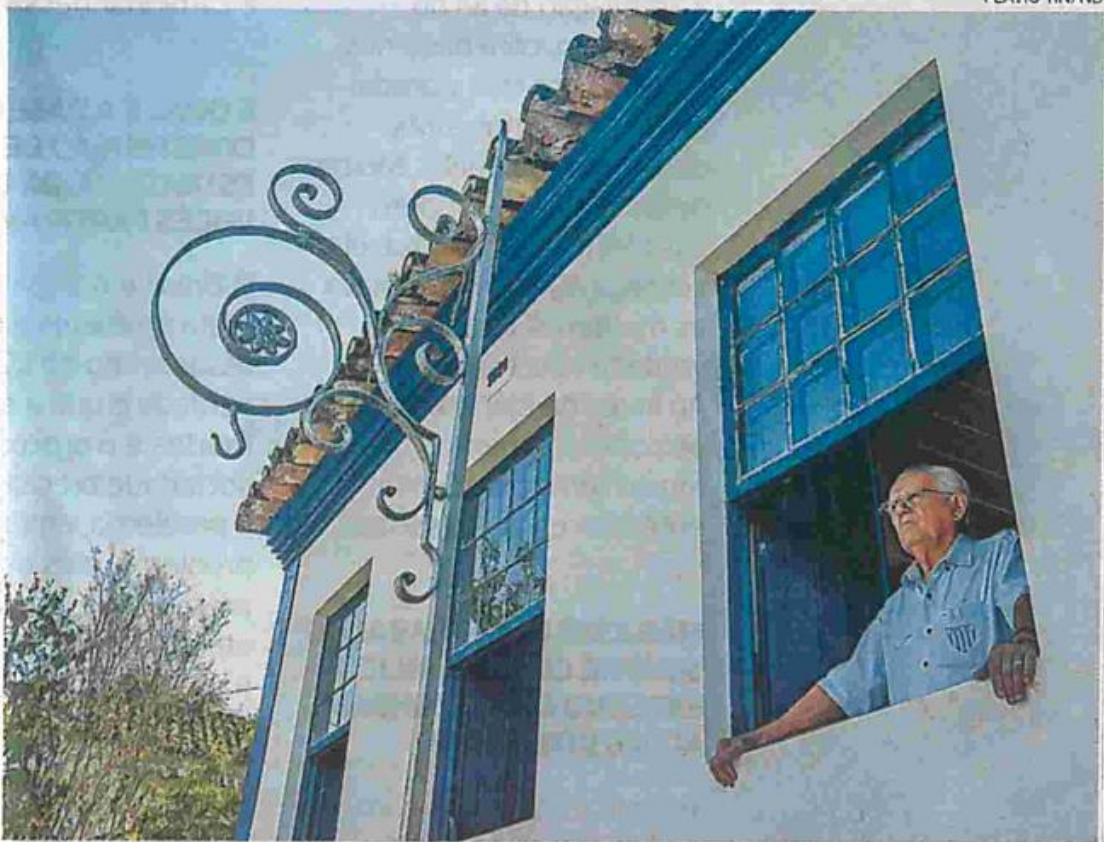
20 e 21 de abril de 2019

Notícias do Dia
Capa e Cidade
"Acervo histórico em risco"

Acervo histórico em risco / Nereu do Vale Pereira / Ecomuseu / Ribeirão da Ilha / Imigrantes açorianos / Florianópolis / Açores / Santa Catarina / Curso de Museologia / UFSC / Estagiária / Universidade Federal de Santa Catarina / Associação Ecomuseu do Ribeirão da Ilha / Ilha de Santa Catarina / Isaura Martins dos Santos / José Lino Vieira / Francisco Tomás de Souza

Ecomuseu pode fechar

FLÁVIO TIN/ND



Nereu do Vale Pereira precisa de apoio financeiro para manter o museu criado por ele em 1971 no Ribeirão da Ilha. **Páginas 4 e 5**

Sem verba para manutenção, Ecomuseu do Ribeirão da Ilha, que preserva a memória dos imigrantes açorianos, pode fechar as portas

Acervo histórico em risco

ANDRÉA DA LUZ
andrea.luz@noticiasdodia.com.br

Criado em 1º de julho de 1971 pelo professor e pesquisador Nereu do Vale Pereira com apoio da comunidade local, o Ecomuseu do Ribeirão da Ilha pode fechar suas portas em breve. O espaço abriga cerca de 3,6 mil peças que retratam o modo de vida e de produção dos primeiros açorianos que aportaram na Ilha de Santa Catarina a partir de 1748 e é mantido com recursos próprios pelo pesquisador há muitos anos.

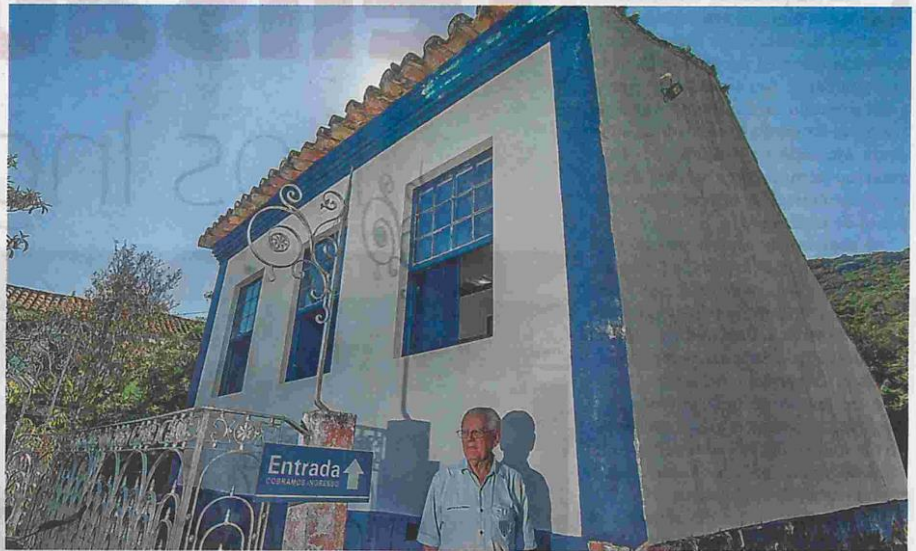
O Ecomuseu é formado por uma sala de recepção, pesquisa e estudos com farto acervo bibliográfico sobre a história de Florianópolis, dos Açores e de Santa Catarina; a casa do museu; dois engenhos (de farinha e de cana de açúcar) e uma pousada com 20 quartos. Mas a receita da pousada, da ordem de R\$ 3 mil ao mês, não cobre os custos de manutenção do museu, que podem chegar a R\$ 15 mil.

Segundo o pesquisador, o mínimo necessário para continuar mantendo o museu é R\$ 10 mil mensais. "O museu é uma obra minha, que existe há quase meio século. Estou com 91 anos e não tenho mais disponibilidade física para mantê-lo em operação, nem condições financeiras para arcar com esse custo", explica.

Os custos envolvem gastos com pessoal, limpeza e manutenção de peças do museu. Nereu conta que já dispensou o único funcionário que o ajudava, mas mantém uma estagiária do curso de museologia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e uma museóloga para a qual paga uma taxa de responsabilidade técnica, exigência para esse tipo de estabelecimento.

O professor deve se reunir em 1º de maio com os demais sócios (são 11 integrantes da Associação Ecomuseu do Ribeirão da Ilha) em mais uma tentativa de angariar recursos para que o trabalho possa continuar. "Os sócios contribuem, mas a receita não chega a R\$ 3 mil. Também não vejo muita alternativa para aportes públicos, porque as legislações ficaram mais rígidas e já não permitem que as prefeituras repassem verbas mensais a instituições não governamentais", revela o pesquisador.

Com esse panorama, uma das poucas saídas talvez seja apelar para a iniciativa privada, a exemplo do que ocorre com várias praças públicas na Capital.



Professor e historiador Nereu do Vale Pereira, hoje com 91 anos, criou o museu há 48 anos

Importância cultural para o Estado

Instalado numa propriedade à beira da Baía Sul, o casarão construído em 1793 foi moradia de mais de 30 famílias até as últimas décadas do século 20 e hoje é a principal sede do Ecomuseu, que preserva o modo como viviam os imigrantes açorianos colonizadores da Ilha de Santa Catarina. Cerca de seis mil pessoas vindas das ilhas dos Açores chegaram ao litoral catarinense entre 1748 e 1756.

A casa foi restaurada em 1921 pelo último proprietário antes de Nereu (Igínio Martins dos Santos), mantendo o desenho original, mas com material mais moderno, substituindo paredes feitas de pedra e óleo de baleia por tijolos e argamassa. "Mas o formato e a divisão dos cômodos permaneceu igual, com uma sala de estar, alcovas (quartos sem janelas) e área de serviços. Não havia banheiros, as necessidades eram feitas atrás das árvores e o banho era semanal, geralmente aos sábados", diz o estudioso.

Nereu do Vale Pereira adquiriu a propriedade em 1970 de Isaura Martins dos Santos – viúva de

Igínio. Mas seu primeiro morador foi o açoriano José Lino Vieira, que aportou no Ribeirão junto com outros imigrantes do arquipélago português no século 18. Supõe-se, inclusive, que o baú exposto no museu tenha pertencido a Vieira.

Entre as peças de maior destaque está um presépio datado de 1813, primeira peça do museu, construído pela família de Francisco Tomás de Souza e uma de suas escravas. A peça mistura elementos da fé católica e da crença africana (candomblé), simbolizando o sincretismo religioso. Foi feito com elementos disponíveis na época, como conchas, ramos de algodão e escamas de peixe.

O objeto mais antigo, porém, é um oratório trazidos dos Açores por volta de 1750. De lá, também veio uma mó (pedra de moinho) feita de rocha vulcânica esculpida na Ilha do Pico em 1730, e que fazia parte de um moinho manual de farinha de trigo. O espaço também abriga relíquias adquiridas de outras famílias antigas do Ribeirão, como retratos, utensílios e um gramofone de 1900.

FLÁVIO TIN/ND

Conceito de ecomuseu

Na história dos museus, a mais recente classificação de ecomuseu remonta há 40 anos, em Portugal. Por ser uma tipologia nova ainda não há uma conceituação consolidada e seu emprego gera controvérsias e resistências.

No entanto, toma-se como base que o termo engloba tanto a natureza na qual está inserido o acervo em exposição quanto à ecologia humana que a formou. No caso do Ribeirão, incluiria as pessoas que fizeram parte e até hoje preservam a história local.

O Ribeirão da Ilha foi colonizado por 60 famílias (cerca de 240 pessoas), e muitos dos seus descendentes vivem lá até hoje. O casarão era uma propriedade rural, com engenho de farinha de mandioca (movido a boi ou manual) e de cana de açúcar (movido por dois bois), residência, quintal e plantações. As roças eram feitas nos morros, mas foram proibidas mais tarde por questões ambientais

de preservação da mata.

Em exposição, estão objetos da época, instalações e utensílios diversos, boa parte deles restaurados e funcionando. Todos os pertences reunidos ali contam parte da história do que se passou a partir da chegada dos europeus na Ilha de Santa Catarina. Trata-se de um memorial físico, mas também cultural, de valor

inestimável, cujo destino, infelizmente, é incerto.

Emocionado, Nereu desabafa: "meu desejo é pendurar as chuteiras, porque não tenho mais condições físicas nem emocionais para seguir com esse trabalho, mas isso aqui é um relicário do que foi a base da cultura e colonização da Ilha de Santa Catarina, fruto de uma pesquisa que iniciei em 1948".

Gramofone de 1900 de uma das antigas famílias do Ribeirão é uma das relíquias que o museu abriga



1. Primeira peça do museu, o presépio de 1813 foi construído pela família de Francisco Tomaz de Souza e uma de suas escravas 2. Uma pedra de moinho feita de rocha vulcânica, esculpida na Ilha do Pico, em 1730, no arquipélago de Açores (Portugal), foi encontrada durante escavações no terreno do museu 3. Oratório que foi trazido dos Açores para Santa Catarina por volta de 1750, quando os imigrantes começaram a aportar por aqui

SERVIÇO

Ecomuseu do Ribeirão da Ilha

Onde: Rodovia Baldicero Filomeno, 10.106, Ribeirão da Ilha

Quando: de terça a domingo, das 10h às 18h, com visitas agendadas previamente por telefone

Contato: (48) 3237-8148

Diário Catarinense
Anderson Silva
"A matemática apertada da UFSC"

A matemática apertada da UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina /
Orçamento / Reitor / Ubaldo Cesar Balthazar / Emendas parlamentares /
Tesouro Nacional / Projetos de Extensão

A matemática apertada da UFSC

Publicação feita durante a semana no site da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) revela a situação complicada que a instituição terá em 2019 do ponto de vista financeiro. Com um orçamento que cai a cada ano, o reitor Ubaldo Balthazar diz no material que não sabe como irá fechar o ano com saldo positivo.

Desde 2016, quando a dotação para investimento foi de R\$ 25 milhões, os números vêm diminuindo: R\$ 18 milhões em 2017, R\$ 9 milhões em 2018 e R\$ 5 milhões previstos para 2019. Ou seja: neste ano a UFSC terá apenas 20% do que recebeu há três anos. No conteúdo divulgado pela universidade, Balthazar afirma que atualmente "há um problema sério de opção". E isso exige "saber gastar e conter as despesas".

Diante disso, a gestão da instituição procura socorro em emendas parlamentares. Alguns projetos somente foram viabilizados através dessa parceria com deputados catarinenses que apontavam a universidade como destino de valores disponíveis a eles.

Do total da receita orçamentária, as emendas representam apenas 0,17%. A maioria vem dos recursos do Tesouro Nacional: 97,60%. Há ainda recursos de taxas e serviços prestados à comunidade pelos projetos de extensão, que são 2,23% do montante geral.

Diário Catarinense e A Notícia Artigo

"A atuação da CGU e a autonomia da UFSC"

A atuação da CGU e a autonomia da UFSC / Processo Administrativo Disciplinar / PAD / Reitor / UFSC / Vice-Reitora / Diretor do Centro de Ciências Jurídicas / Conselho Universitário / CUn / Corregedor-geral / Autonomia administrativa / Constituição

A atuação da CGU e a autonomia da UFSC

Isaac Kofi Medeiros

Advogado

Na semana passada, a CGU instaurou processo administrativo disciplinar (PAD) contra o reitor da UFSC, a vice-reitora e o diretor do Centro de Ciências Jurídicas. O órgão questiona a decisão do Conselho Universitário (CUn) de manter o corregedor-geral da UFSC no cargo, depois de a CGU ter sido contrária à indicação.

A resolução do CUn que cria a corregedoria dispõe que os nomes escolhidos para o cargo de corregedor-geral serão enviados previamente à CGU, que se manifestará sobre a conveniência da nomeação; ouvida a CGU, o reitor nomeará o corregedor-geral. A resolução deixa a palavra final a cargo do reitor, em consonância com a autonomia administrativa conferida às universidades federais pelo artigo 207 da constituição. De outro lado, há um decreto federal pontuando que a indicação do corregedor-geral será apreciada pela CGU, o que suscita dúvidas se haveria um "poder de veto" do órgão sobre as nomeações da UFSC.

A dimensão constitucional da autonomia administrativa, pondera-se, aconselha uma

interpretação menos autoritária das normas que disciplinam as competências dos órgãos de controle em face das instituições federais de ensino superior. Serve melhor à Constituição que interferência seja exceção e autonomia seja regra.

Surpreende, ademais, que o PAD se volte contra três dirigentes da UFSC, uma vez que a decisão foi tomada pelo CUn, órgão colegiado composto por professores, técnicos, estudantes e representantes da sociedade, cuja existência se estriba justamente na ideia de autonomia administrativa e de democratização do processo decisório da Universidade.

Esse nível de autonomia não garante imunidade à UFSC para atuar fora da lei, mas orienta que os órgãos de controle devam prestar certa deferência às decisões da Universidade, de modo que convém mais prudência por parte da CGU antes de ingressar com procedimentos disciplinares – de tremenda repercussão pública – contra os dirigentes da instituição que, em alguma medida, apenas referendaram escolhas do colegiado máximo de representação da UFSC, no exercício legítimo de autonomia administrativa conforme a Constituição.

Notícias do Dia
Caderno Inspira
"Festa de páscoa"

Festa de páscoa / Campanha de doações de chocolates / Somar Floripa / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Passarela Nego Quirido / Voluntários / Alunos / Univali / Udesc / UFSC



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

20/04/2019

[O jornalismo, assim como Adelmo, vive \(por Elaine Tavares\)](#)

[Podcast 'Salvo Melhor Juízo': Crises Constitucionais](#)

[Sem aporte financeiro, Ecomuseu do Ribeirão da Ilha pode fechar as portas](#)

21/04/2019

[Mais de 700 kg de chocolate são distribuídos a 60 instituições em Florianópolis após campanha](#)

[Porto de Santos crescerá 110% até 2060, diz estudo](#)

[Balneário Camboriú vai sediar evento internacional inédito](#)